



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

TERMO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO Nº 045/2013 – COTA RESERVADA

Confirmamos a retirada, na data abaixo, de cópia integral do Edital do Pregão nº 000/2012-CLDF, processo nº 001-000.741/2013, que tem por objeto **a contratação de prestação de serviços de manutenção com aplicação, fornecimento e entrega de peças e acessórios "originais genuínos" em veículos integrantes da frota da Câmara Legislativa do Distrito Federal**, conforme condições, quantidades e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

A sessão de recebimento dos envelopes de proposta de preços e de habilitação das empresas credenciadas será realizada no dia **12 de novembro de 2013**, às **10 horas**, na Sala da CPL, localizada no Edifício Sede da CLDF, Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05, Térreo Inferior – CEP: 70094-902, Telefones: (061) 3348-8651, 3348-8650 ou 3348-8652.

Brasília/DF, de de 2013.

Assinatura do responsável e carimbo da empresa

DADOS CADASTRAIS	
Empresa	
CNPJ Nº	
Representante	
Endereço	
Nº do fax	
Nº do telefone	
E-mail	

OBSERVAÇÃO: O preenchimento incorreto deste Termo de Retirada de Edital ou o não envio do mesmo para o fax (61) 3348.8651 exime a CPL/CLDF da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório. **Gentileza, digitar ou datilografar.**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

PROCESSO Nº: 001-000.741/2013

TIPO: Menor preço por item.

REGIME DE EXECUÇÃO: Indireta sob regime de empreitada por preço unitário

DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 12/11/2013

INTERESSADO: Setor de Transportes

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 10 horas

LOCAL DA REUNIÃO: Térreo inferior do Edifício Sede da CLDF, em Brasília/DF.

VALOR TOTAL: R\$ 140.633,30 (cento e quarenta mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta centavos)

A Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, por meio do Pregoeiro designado pelo Ato do Presidente nº 516/2013, publicado no Diário da Câmara Legislativa – DCL, de 11/10/2013, torna público que fará realizar pregão presencial, que tem por objeto **a contratação de prestação de serviços de manutenção com aplicação, fornecimento e entrega de peças e acessórios "originais genuínos" em veículos integrantes da frota da Câmara Legislativa do Distrito Federal**, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. O presente certame foi autorizado nos autos do processo em epígrafe e será regido pela Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa diretora nº 113/2003, Leis nº 8.666/93, Lei nº 4.611/2011 e demais alterações, Lei nº 8.078/90, e demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO", relativos a esta licitação, serão recebidos simultaneamente na sessão pública que será realizada na Sala de Reunião da CPL/CLDF, no endereço, data e horário acima indicados.

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva nos veículos automotores que compõem a frota da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.2. Integram este Edital todos os seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Nas cotas abertas, poderão participar deste pregão as empresas especializadas no ramo do objeto licitado e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos, arcando os licitantes com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas.

2.2. A cota reservada é restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, microempreendedor individual e equiparados, de acordo com os artigos 2º e 3º da Lei 4.611, de 06/08/2011, e demais alterações.

2.2.1. As entidades preferenciais poderão participar dos dois subitens, permanecendo para a cota não reservada os direitos a que se refere o Capítulo V, Seção I, da Lei 4.611/2011 e demais alterações, do direito de preferência e de saneamento.

2.3. Para as cotas abertas não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação pessoas físicas e jurídicas, que se enquadrem em qualquer das seguintes situações:

2.3.1. Não estejam credenciadas, na forma do Capítulo 3 deste Edital;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

2.3.2. Encontrem-se sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, bem como as estrangeiras que não funcionem no país;

2.3.3. Tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, na forma da Lei nº 8.666/93, ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CLDF.

2.3.4. Constituídas sob qualquer modalidade de consórcio.

2.3.5. Possuam qualquer servidor da CLDF entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos ou empregados.

2.4. Para a cota reservada não poderá participar da presente licitação a pessoa jurídica:

2.4.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

2.4.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representante no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

2.4.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento favorecido e diferenciado nos termos da Lei nº 4.611/2011 e demais alterações, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trate o inciso II do caput do art. 2º da referida lei;

2.4.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei nº 4.611/2011 e demais alterações, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.2º de referida lei;

2.4.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.2º da Lei nº 4.611/2011 e demais alterações;

2.4.6. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

2.4.7. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

2.4.8. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

2.4.9. Constituída sob a forma de sociedade por ações; e

2.4.10. Cooperativas, salvo as de consumo, na forma da Lei nº 4.611/2011 e demais alterações.

2.5. A simples participação no presente processo licitatório importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.6. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

2.7. Não serão aceitos documentos apresentados em papel térmico para fac-símile.

3. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

3.1. O credenciamento será iniciado com **30 (trinta) minutos de antecedência** do horário designado para a sessão de abertura e é condição obrigatória para a formulação de lances e para a prática de todos os atos neste pregão, conforme prevê o artigo 4º, inciso VI, da Lei nº 10.520/02.

3.2. Até a abertura da sessão, os representantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fé pública.

3.3. O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

3.3.1. INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO OU INSTRUMENTO PARTICULAR COM FIRMA RECONHECIDA, com poderes especiais para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, conforme alínea "A" do Anexo II deste Edital (Termo de Credenciamento);

3.3.2. cópia autenticada do respectivo **ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES**, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, exceto se o representante apresentar procuração pública.

3.3.3. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, conforme modelo constante da alínea "B" do Anexo II deste Edital;

3.3.4. no caso de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa/ENTIDADES PREFERENCIAIS, o representante deverá apresentar **DECLARAÇÃO, CONFORME ALÍNEA "E" DO ANEXO II DESTE EDITAL**.

3.3.5. Para a cota reservada, no caso de empresários individuais, serão exigidos os seguintes documentos:

I - CARTEIRA DE IDENTIDADE;

II - INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL.

3.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, é suficiente a apresentação de cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.5. As decisões pertinentes ao credenciamento serão de competência do Pregoeiro, que as motivará na ata, imediatamente após a abertura da sessão. Cabe recurso contra estas decisões na forma do art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/02, e seu acolhimento implicará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

4. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

4.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e de documentos de habilitação será pública, dirigida por Pregoeiro, na data, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data.

4.2. Após declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, e os interessados ou seus representantes presentes deverão entregar:

4.2.1 – envelopes nº 01 “PROPOSTA DE PREÇOS” e nº 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, lacrados, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

<p>Câmara Legislativa do Distrito Federal Pregão nº 045/2013-CLDF Envelope nº 01 – Proposta de Preço Razão Social da Empresa CNPJ Nº</p>	<p>Câmara Legislativa do Distrito Federal Pregão nº 045/2013-CLDF Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação Razão Social da Empresa CNPJ Nº</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4.3. Não será permitida a entrega de apenas 01 (um) envelope, nem será admitido que uma mesma pessoa represente mais de uma licitante.

4.4. Não será aceita a participação de interessada retardatária, a não ser como ouvinte.

4.5. Caso não apresente documento de titularidade, de credenciamento ou se estes estiverem em desconformidade, a empresa estará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, bem como para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes de proposta ou documentação relativos a este pregão presencial, mantidos, com isto, o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.6. Em seguida, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes de propostas de preço das licitantes credenciadas e examinará sua conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

4.7. As propostas de preços que atenderem aos requisitos do edital, no exame de conformidade, serão selecionadas para a fase subsequente.

4.8. O Pregoeiro identificará a proposta de menor preço, bem como as que apresentarem preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, para fazerem lances verbais e sucessivos, até a proclamação da vencedora.

4.9. Havendo mais de uma proposta selecionada, o Pregoeiro passará à fase de lances, observando-se o seguinte:

4.9.1 – os lances deverão ser distintos, sucessivos e decrescentes;

4.9.2 – o Pregoeiro poderá estabelecer, nesta fase, o intervalo mínimo entre os lances;

4.9.3 – caso o credenciado necessite consultar sua empresa, o Pregoeiro decidirá a respeito;

4.9.4 – o uso de telefone celular e outros aparelhos de comunicação para consulta terá tempo limitado de uso e é de exclusiva responsabilidade e ônus dos licitantes.

4.9.5 – a licitante que sendo convocada na devida ordem de sucessão a oferecer lance optar por não o fazer, não poderá mais realizar lances.

4.10. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio, em ato público.

4.11. Para as cotas abertas será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, conforme artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

4.12. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no **item 4.8**, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até a proclamação da vencedora.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

4.13. Não havendo mais nenhuma licitante disposta a ofertar lance, e sendo a primeira colocada uma licitante não caracterizada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa, e as subseqüentes licitantes caracterizadas como tal, e sendo o preço destas igual ou até **5% (cinco por cento)** superior ao daquela, conceder-se-á direito de preferência às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas da seguinte forma:

4.13.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.13.2 - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa, conforme acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese indicada neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.13.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

4.13.4 - a ausência de representante da microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa na sessão implica na preclusão do direito de preferência.

4.14. Após o Pregoeiro declarar aberta a sessão, não serão admitidos pedidos de desistência, retificação de preços ou de lances ofertados ou de quaisquer outras condições oferecidas, somente se julgado necessário e aceito pelo Pregoeiro com vistas a sanar evidentes erros materiais, esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

4.15. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

4.16. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

4.17. No curso da análise, verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o Pregoeiro declarará o vencedor. Caso seja verificado o descumprimento de algum requisito, a proposta será desclassificada.

4.18. A cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, prevista no § 1º, II, do art. 26 da Lei nº 4.611/2011.

4.19. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

4.20. Será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada em relação a essa condição.

4.21. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº **02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"** do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital em face dos documentos apresentados.

4.21.1 – Para microempresas, empresas de pequeno porte microempresas ou cooperativas que não apresentarem a comprovação de regularidade fiscal após encerrada a etapa competitiva, ou que esta apresente alguma restrição, a regularização deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da CLDF.

4.21.2 - Para efeito de assinatura do contrato, a licitante habilitada deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

4.22. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

4.23. Nas situações previstas em lei, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

4.24. As licitantes enquadradas nas categorias de microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.25. Para as licitantes inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, a comprovação dos documentos de habilitação que já constem dos sistemas, poderá ser feita mediante consulta *on-line* ou apresentação do documento, **expedido com até dois dias de antecedência**.

4.26. As Entidades Preferenciais que não apresentarem a comprovação de regularidade fiscal após encerrada a etapa competitiva, ou que esta apresente alguma restrição, a regularização deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da CLDF.

4.27. A validade dos documentos de habilitação fiscal apresentados, quando não expressa nos mesmos nem estabelecida em lei, será de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

4.28. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada de todas as ocorrências que interessarem ao certame e que será lida no local da reunião e assinada pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes.

5. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. O envelope nº **01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”**, sob pena de desclassificação, deverá ser apresentado indicando em sua parte externa a razão social da empresa e o número deste pregão, conforme referido no **subitem 4.2.1** deste Edital.

5.2. A Proposta de Preços deverá:

5.2.1 - ser impressa no idioma português do Brasil, e apresentada sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em 02 (duas) vias, numeradas e rubricadas e a última folha assinada pelo representante legal da licitante;

5.2.2 - conter **nome da proponente**, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal, telefone, fax, endereço eletrônico (e-mail), e nome do Banco, e números da agência bancária e da conta-corrente;

5.2.3 - conter a **descrição completa, detalhada e individualizada dos serviços e/ou materiais a serem fornecidos, inclusive marca/modelo e, se for o caso, número de referência**, não se admitindo expressões vagas ou imprecisas, de maneira a demonstrar adequação a todas as especificações constantes do **Termo de Referência - Anexo I**, deste Edital;

5.2.4 - conter o **preço unitário dos serviços e/ou materiais, consoante relação discriminada no Anexo I do Edital – PLANILHA DE PREÇOS e o valor global da proposta**, expressos em algarismos e por extenso, em moeda nacional, separado pela cota reservada, conforme **ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**.

5.2.5 - conter **expressamente o valor de 4% desconto mínimo para peças**, conforme tabela do fabricante, de acordo com o item 8.1.2 do Termo de referência e os valores mensais dos serviços, considerando a estimativa do item 7.1 do Termo de referência, expressos em algarismos e por extenso, em moeda nacional.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

5.2.5.1 As licitantes que não se enquadrarem como entidade preferencial não deverão cotar o subitem "2R". O valor estabelecido no subitem "2A" será considerado no caso de não haver vencedor para a cota reservada ou no caso de o valor não atingir o preço do primeiro colocado na cota aberta.

5.2.5 - conter **prazo de validade** da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua entrega.

5.2.6 - nome completo, cargo na empresa e número de inscrição no CPF da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato;

5.2.7 - conter **declaração expressa** de que o **preço proposto é definitivo** e nele estão inclusos todos os tributos, embalagens, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, fretes, seguro, etc., e quaisquer outras despesas, inclusive lucro, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

5.3. É vedada a retirada das propostas após a abertura dos envelopes a elas correspondentes, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, nem serão admitidas alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços, como justificativas de solicitação de quaisquer acréscimos, de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza.

5.5. A cotação apresentada e levada em conta, para efeito de julgamento, será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

5.6. Cada licitante poderá apresentar somente uma proposta, não sendo admitidas propostas alternativas.

5.7. Caso o prazo de que trata o **subitem 5.2.5** não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

5.8. Verificando-se divergências entre o preço unitário e total, ou entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá, na primeira hipótese, o preço unitário e na segunda, o preço por extenso, vedado a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência.

5.9. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação e o preço total da proposta.

5.10. Não poderão constar quaisquer descontos, cotações ou proposições não previstas, incluindo referências às propostas concorrentes.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, identificados conforme indicado neste edital.

6.2. Para se habilitar na presente licitação, as empresas deverão estar devidamente **CADASTRADAS e HABILITADAS PARCIALMENTE** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou mediante a apresentação da documentação relacionada no **item 6.3** deste Edital.

6.2.1. A habilitação das licitantes fica condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como da validade dos documentos cadastrais e de habilitação parcial por meio de consulta "*on-line*" ao SICAF, no momento do certame, que será impressa sob forma de "Declaração de Situação" e instruirá os autos do processo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

6.2.2. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF ainda deverão incluir no envelope DOCUMENTAÇÃO as seguintes declarações:

I – De que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos, salvo a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz, conforme **alínea "C" do Anexo II deste Edital;**

II – De que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes, conforme **alínea "D" do Anexo II deste Edital;**

III – Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido material compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, conforme estabelece o Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

IV – Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e liquidação expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

6.3. As licitantes não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF deverão incluir no envelope nº **02 – "DOCUMENTAÇÃO"** os seguintes documentos, além dos referidos nos incisos do subitem 6.2.2 acima:

I – registro comercial, no caso de empresa individual;

II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

III – Inscrição do ato constitutivo e prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade simples;

IV – Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País;

V – Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País;

VI – Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes** do Distrito Federal ou do domicílio ou sede do licitante, segundo seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VII – Prova da inscrição no Cadastro de Pessoa Física e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;

VIII – Certificado de Regularidade perante o **FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

IX – Certificado de Regularidade perante o **INSS**, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterada pela Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;

X – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Distrito Federal**, em plena validade, para empresas com estabelecimento no Distrito Federal. Para empresas sem matriz ou filial no DF, apresentar prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, somente para os tributos relativos à atividade licitada, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional;

XI – Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da **certidão conjunta** emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31 de agosto de 2005.

XII - Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei. A boa situação financeira será avaliada pelos **Índices**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas e que deverão ser iguais ou maiores do que **1 (um)**:

$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$	$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

a) As empresas que apresentarem quaisquer dos índices calculados na qualificação econômico-financeira do SICAF (Índice Liquidez Geral – LG, Índice de Solvência Geral – SG e Índice de Liquidez Corrente – LC) menor do que 1 (um), deverão comprovar capital mínimo de **10% (dez por cento) do valor dos itens componentes do objeto do edital, observando que o valor estimado da contratação é de R\$ 133.877,30 (cento e trinta e três mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta centavos)** para os itens com cota aberta e de **R\$ 6.756,00 (seis mil, setecentos e cinquenta e seis reais)** para o item de cota reservada, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31 da Lei nº 8.666/1993, como exigência imprescindível para sua habilitação.

6.4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou mediante cotejo das cópias com os originais pelo Pregoeiro ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6.5. Não será aceito nenhum protocolo de entrega em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

6.6. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

6.7. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa.

6.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

6.9. Quando o documento e/ou certidão apresentada não informarem a sua validade deverão estar datados dos últimos 90 (noventa) dias.

6.10. Caso conste algum documento nos registros cadastrais com prazo de validade vencido, a licitante deverá anexar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, sob pena de inabilitação.

6.11. O Certificado de Registro Cadastral em órgão da Administração Pública substituirá os documentos relacionados nos **incisos I, II e III do subitem 6.3**, para fins de habilitação da licitante.

7. DO JULGAMENTO

7.1. No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, atendidas as condições estabelecidas neste pregão e no termo de referência.

7.2. O Pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão para realizar diligências e recorrer a setores técnicos interno e externos, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.

7.3. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste edital e serão desclassificadas as que estiverem em desacordo.

7.4. Não serão aceitas propostas que apresentem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, nem serão levadas em consideração vantagens não previstas no Edital.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, considerando-se excessivos aqueles que estiverem incompatíveis com os praticados no mercado e manifestamente inexequíveis os que não demonstrarem sua viabilidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- 7.6.** A desclassificação da proposta da licitante importa na preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.
- 7.7.** Quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.
- 7.8.** Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.
- 7.9.** O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e ao valor, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.10.** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado.

8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital e caso não haja interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador de Despesa da CLDF.
- 8.2.** Para fins de homologação, a adjudicatária fica obrigada a apresentar, na Sala da CPL/CLDF, proposta adequada ao preço ofertado no lance final até o término do expediente do dia seguinte à sessão;
- 8.3.** O resultado final do pregão será publicado na imprensa oficial e afixado no quadro de avisos da CPL/CLDF e os autos serão enviados ao Ordenador de Despesa da CLDF para homologação da licitação.

9. DOS RECURSOS

- 9.1.** Declarado(s) o(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer e será registrada em ata a síntese das razões do recurso. Será concedido ao(s) recorrente(s) o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do(s) recurso(s). As demais licitantes disporão do prazo de 03 (três) dias, contados do término do prazo da(s) recorrente(s), para, querendo, apresentar suas contra-razões.
- 9.2.** As razões recursais escritas e as contra-razões aos recursos deverão ser entregues na Sala de Reuniões da CPL/CLDF no Edifício Sede da CLDF, situado no Eixo Monumental, Quadra 02, Lote 05, Térreo Inferior, Brasília/DF, onde os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 9.3.** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.4.** No caso de interposição de recurso, caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos e deverá:
- 9.4.1.** - rever sua decisão fundamentadamente, ou
- 9.4.2.** - prestar suas informações e submeter o assunto à decisão ao Ordenador de Despesa da CLDF, que poderá dar ou negar provimento ao recurso.
- 9.5.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6.** A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes durante a realização da sessão importará decadência do direito de interpor recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.
- 9.7.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Ordenador de Despesa da CLDF procederá à homologação deste pregão e adjudicação dos itens objeto de recurso.

10. DO CONTRATO

- 10.1.** Cada adjudicatária será convocada para assinar o respectivo instrumento de contrato, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, alterações subsequentes e neste edital.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

10.2. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação da adjudicatária, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

10.3. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.4. Incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos nos órgãos da imprensa oficial.

10.5. O contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no art. 78, com os desdobramentos dos arts. 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

10.6. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, com eficácia a partir da data de sua publicação no DODF, e efeitos financeiros a partir da aceitação do executor do contrato, a ser designado pela contratante, e poderá ser prorrogado na forma do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

10.7. A adjudicatária prestará garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, antes da sua assinatura, na forma do art. 55, inciso VI e art. 56 da Lei n. 8.666/1993;

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

11.1. Os serviços do objeto deste edital serão prestados nos locais indicados pelo Setor de Transportes da CLDF.

11.2. O serviço deverá ser prestado nos prazos indicados no item 3.4 do termo de referência, anexo I do edital;

11.3. Constatada qualquer irregularidade no objeto, o servidor/comissão responsável pelo recebimento poderá:

11.3.1. - relativamente à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando seu refazimento ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.3.1.1. - na hipótese de substituição ou refazimento de serviços, a adjudicatária deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CLDF, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado;

11.3.2. - relativamente à diferença de quantidade de peças ou de materiais, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.3.2.1. - na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CLDF, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

11.4. - As peças adquiridas, relacionados à prestação do serviço objeto deste edital, deverão apresentar garantia, sem ônus adicional, para cobertura de todos os problemas técnicos apresentados, conforme item 3.8 do Termo de Referência, anexo I do edital.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A licitante que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SICAF, e no Cadastro de Fornecedores do Governo do Distrito Federal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

12.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 3.555/00, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

12.2.1 - advertência;

12.2.2 - multa de:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Licitação

Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº

Processo nº 001-000.741/2013

Rubrica: _____

Matrícula: 12.000-83

a) **0,3% (três décimos por cento)** ao dia sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de atraso, limitado a 30 (trinta) dias;

b) **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor do contrato, quando ocorrer recusa injustificada para assiná-lo dentro do prazo estabelecido pela Administração;

c) **15,0% (quinze por cento)** sobre o valor contratado depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso, caracterizando-se, portanto, o descumprimento da obrigação assumida;

12.2.3 - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 Em caso de inadimplemento contratual, o valor da multa deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, podendo ser descontado da garantia contratual prestada ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, ou ainda cobrado judicialmente, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

12.4 Em qualquer caso, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

12.5 As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90.

12.6. Advertência é o aviso por escrito, emitido pelo CLDF quando a licitante/ adjudicatária descumprir qualquer obrigação.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei nº 8.212/91);

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal. Para empresas sem matriz ou filial no DF, apresentar prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, somente para os tributos relativos à atividade licitada, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional;

IV – Certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31 de agosto de 2005.

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

VI – Atesto de execução dos serviços, emitido pelo servidor/comissão/setor competente da CLDF;

13.2. Os pagamentos serão efetuados de acordo com o disposto no item nº 10, alínea "b", da Portaria Conjunta SEF/SEPLAN nº 087/91, de 20.09.91, ou seja, até o 10º (décimo) dia útil da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada.

13.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do INPC.

13.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer etapa de cronograma ou obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

14. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão deste pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o respectivo ato convocatório, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

14.2. As petições deverão ser formuladas por escrito, até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da licitação, e entregues no seguinte endereço: Sede da CLDF, Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 - Térreo Inferior, CEP 70094-902, em Brasília/DF, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 12:00 horas e das 14:30 às 17:30 horas.

14.3. Caso a impugnação seja acolhida, será designada nova data para a realização do certame.

14.4 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão deste pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou providências sobre o certame, cabendo ao Pregoeiro prestar informação.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão à conta de dotação orçamentária própria da CLDF, Programa de Trabalho 0112260058517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais; Subtítulo 0065: da Câmara Legislativa Do Distrito Federal – Plano Piloto; Elementos de Despesas: 3390-39: Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica e 3390-30: Material de Consumo.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A comunicação oficial dar-se-á por e-mail, fax ou publicação na imprensa oficial.

16.2. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea pela Administração Pública.

16.3. Fica reservado à CLDF o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado conforme art. 49 da Lei nº 8.666/93.

16.4. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, conforme art. 65, §§ 1º, 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93.

16.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei nº 8.666/93, art. 65, § 5º).

16.6. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital, será o da circunscrição judiciária especial de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.7. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo pregoeiro no endereço mencionado no preâmbulo.

16.8. Este edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.cl.df.gov.br. >> LICITAÇÕES >> PREGÕES >> EM ANDAMENTO.

16.9. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

16.10. Em caso de divergência entre os termos deste edital e de seus anexos, prevalecerão os do primeiro.

16.11. As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, facultando-se ao pregoeiro relevar erros meramente formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento das propostas e o ato não acarrete violação aos princípios da licitação.

Brasília, de xxxxxxxx de 2013.

José Expedito Rodrigues Ferreira
Pregoeiro da CLDF



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO:

Prestação de serviços de manutenção com aplicação, fornecimento e entrega de peças e acessórios "originais genuínos", nos seguintes veículos integrantes da frota da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

COD	TIPO/MARCA	MODELO/ANO	COR	PLACA	COMBUSTÍVEL
5.1	VOLKSWAGEM	GOL-2010/2010	BRANCA	JJU-4571	GASOLINA/ÁLCOOL
5.2	FORD	RANGER/XLT13P/2010/2011	BRANCA	JJU-4551	DIESEL
5.3	FORD	FUSION/2012/2012	PRETA	JJL-6407	GASOLINA
5.4	FORD	FUSION/2012/2012	PRETA	JJL-6417	GASOLINA
5.5	FORD	FUSION/2012/2012	PRETA	JJL-6427	GASOLINA
5.6	FORD	FUSION/2012/2012	PRETA	JJL-6437	GASOLINA
5.7	FORD	FUSION/2012/2012	PRETA	JJL-6447	GASOLINA
5.8	FORD	FUSION/2012/2012	PRETA	JJL-6457	GASOLINA
5.9	GM	MONTANA	BRANCA	JKA-9587	GASOLINA/ALCOOL
5.10	FIAT	IVECO DAULY/2006/2006	BRANCA	JKH-1533	DIESEL
5.11	RENAULT	VAN MASTER	BRANCA	JKH-5431	DIESEL
5.12	GM-CHEVROLET	ÔNIX/2013/2013	BRANCA		GASOLINA/ALCOOL

2 DA JUSTIFICATIVA:

- 2.1 O Poder Público tem a obrigação de manter e conservar seu patrimônio.
- 2.2 Logo, a contratação em tela é de extrema importância para CLDF cumprir com essa obrigação, ou seja, manter os veículos de sua propriedade em condição de uso e de preservação, uma vez que não possui em seu Quadro de Pessoal servidores especializados que possam executar os citados serviços.

3 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DOS SERVIÇOS

- 3.1 Manutenção corretiva é aquela destinada a eliminar os defeitos apresentados pelos veículos, colocando-os em perfeitas condições de uso, incluindo a substituição de quaisquer peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.
- 3.2 A manutenção corretiva deve incluir serviço de mecânica em geral, lanternagem e pintura em estufa elétrica, serviços elétricos, serviço de estofamento e capotaria, serviços de borracharia, serviços de vidraçaria,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- higienização e manutenção de sistema de ar-condicionado, alinhamento, balanceamento, cambagem, entrega de peças, serviço de injeção eletrônica, serviços de guincho e lavagem geral com cera e polimento.
- 3.3 O tempo gasto para cada serviço não pode ser superior ao tempo previsto em manual padrão fornecido pela concessionária das respectivas montadoras.
- 3.4 A Contratada deverá realizar a execução dos serviços de acordo com os seguintes prazos:
- 3.4.1 O prazo máximo para elaboração do orçamento é de 48 horas, contados a partir da chegada do veículo na oficina da contratada.
- 3.4.2 O prazo máximo para a execução dos serviços, contados a partir da aprovação do orçamento será:
- 3.4.2.1 De funilaria – máximo de 20 (vinte) dias úteis;
- 3.4.2.2 De pintura – máximo de 10 (dez) dias úteis;
- 3.4.2.3 De mecânica (incluindo injeção eletrônica) – máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- 3.4.2.4 De tapeçaria – máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- 3.4.2.5 De vidraçaria – máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- 3.4.2.6 De elétrica – máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- 3.4.2.7 De ar-condicionado – máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 3.4.2.8 De lavagem, cera e poliemento- máximo 2(dois) dias úteis.
- 3.4.3 Em caso de múltiplas modalidades de serviço serem executadas simultaneamente no veículo, o prazo será único e equivalente ao maior período.
- 3.4.4 Na impossibilidade de execução dos serviços conforme os prazos do subitem 3.4, a empresa contratada deverá apresentar justificativa por escrito, em tempo hábil para a aprovação, e dentro dos prazos estipulados.
- 3.4.4.1 A apresentação da justificativa não suspende nem interrompe o prazo de execução dos serviços.
- 3.5 O serviço de guinchamento deverá ser prestado, de segunda a sexta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo ser disponibilizado ao executor do



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- contrato os telefones para solicitação dos serviços dentro do horário de atendimento.
- 3.6 A contratada deverá possuir área coberta e fechada para acomodação dos veículos.
- 3.7 A Contratada deverá garantir os serviços executados pelo prazo mínimo de 04 (quatro) meses para os serviços diversos e de 06 (seis) meses para os serviços de lanternagem/pintura.
- 3.8 As peças terão garantia mínima de 03 (três) meses sob responsabilidade da contratada. Caso o fabricante ou montadora ofereça garantia maior esta deverá prevalecer;
- 3.8.1 Sempre que solicitado pela CLDF, deverá a empresa contratada demonstrar o prazo de garantia dado pelo fabricante.
- 3.9 Durante o prazo de garantia, a contratada deverá se responsabilizar por qualquer defeito que o veículo apresentar em relação ao serviço realizado, exceto defeitos oriundos de fenômenos naturais, inclusive a troca de quaisquer peças.
- 3.9.1 As peças a serem utilizadas deverão ser originais genuínas, assim como os acessórios e ferramentas recomendados pelo fabricante dos veículos.
- 3.9.2 Não podem ser utilizadas peças recondicionadas.
- 3.9.3 Na absoluta falta de peça original no mercado, desde que fundamentado pela empresa vencedora da licitação, poderá a administração autorizar, por escrito a substituição por peça não original ou recomendada pelos fabricantes, salientando que esta não deverá comprometer a qualidade do serviço bem como a segurança do veículo e o comprometimento de outros componentes.
- 3.9.4 As embalagens das peças novas e as peças velhas substituídas deverão ser encaminhadas para a verificação do executor do contrato, quem poderá devolvê-las à contratada para fins de descarte.
- 3.10 Para execução dos serviços objeto deste termo de referência, a contratada deve usar a melhor técnica possível.
- 3.11 Tanto a contratada quanto terceiros não autorizados se eximirão de executar qualquer alteração, modificação ou reparos nos veículos objeto deste termo de referência.
- 3.12 Quaisquer serviços e/ou aplicação de peças/acessórios, somente poderão ocorrer após aprovação prévia do orçamento pelo Executor de Contrato.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- 3.12.1 Deverá ser emitido um orçamento para cada veículo, devendo constar neste:
- 3.12.1.1 Placa, marca e modelo do veículo;
 - 3.12.1.2 Quilometragem do hodômetro e nível de combustível de veículo;
 - 3.12.1.3 Número de horas necessárias para execução dos serviços, bem como se estas estão em conformidade com o Manual Padrão de mão de obra da respectiva montadora (fabricante) ou com a média do mercado local;
 - 3.12.1.4 Valor da hora cotada na licitação;
 - 3.12.1.5 Quantidade e preço das peças, considerando o desconto proposto na licitação;
 - 3.12.1.6 Resumo dos serviços a serem realizados;
 - 3.12.1.7 Tempo de garantia das peças e serviços.
- 3.13 Caso seja aprovado o orçamento, a empresa contratada receberá o orçamento original devidamente autorizado;
- 3.14 Caso seja rejeitado o orçamento, o veículo será retirado do estacionamento da empresa contratada, sem que seja cobrado qualquer custo pelo orçamento ou pela estadia do veículo no seu pátio.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 Manter à disposição da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF tabela de preços de venda à vista de peças e acessórios e tabela de tempos padronizados, atualizadas emitidas pelo respectivo fabricante dos veículos.
- 4.2 Ser responsável, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços de assistência técnica aos veículos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição e vales-transporte, entre outros.
- 4.3 Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou ao acompanhamento pelo CLDF.
- 4.4 Apresentar, sem que solicitado, documentos que comprovem a procedência das peças que necessitarem ser substituídas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- 4.5 Quanto às obrigações sociais, caberá, ainda, a Contratada:
- 4.5.1 assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus técnicos não manterão nenhum vínculo empregatício com a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF;
 - 4.5.2 assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF;
 - 4.5.3 assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação.
- 4.6 A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos sub-itens acima desta Seção, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da licitação.
- 4.7 É expressamente proibida, durante a execução dos serviços de assistência técnica mencionados, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

5 DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 5.1 A vencedora da licitação deverá ter oficina localizada no Distrito Federal.
- 5.2 A vencedora da licitação deverá possuir:
 - 5.2.1 Ferramentas apropriadas e específicas para execução de quaisquer serviços em veículos;
 - 5.2.2 Equipamentos eletrônicos para testes de ignição e injeção eletrônica;
 - 5.2.3 Elevador hidráulico, elétrico ou pneumático;
 - 5.2.4 Serviço de reboque 24 horas;
 - 5.2.4 Equipamento apropriado para funilaria e pintura, como estufa e pistola de alta pressão.

6 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- 6.1 O contrato terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente.

7 DA ESTIMATIVA DA DEMANDA

- 7.1 Com base na experiência de contratos anteriores e nas características da frota da CLDF, apresenta-se no quadro seguinte a estimativa anual de utilização de mão-de-obra para execução dos serviços (em horas).

ITEM	MARCA	Mecânica	Elétrica	Ar-cond.	Tapeçaria	Vidraçaria	Funilaria	Pintura e Lavagem	Total de horas
1	VOLKSWAGEN	10	4	3	2	2	4	3	28
2	FORD	30	12	9	6	6	12	9	84
3	CHEVROLET/GM	20	16	10	4	4	10	10	74
4	FIAT	10	4	3	2	2	4	3	28
5	RENAULT	10	4	3	2	2	4	3	28

- 7.1.1 A divisão da estimativa das horas de mão-de-obra em categorias (mecânica, elétrica, ar-condicionado, tapeçaria, vidraçaria, funilaria e pintura) não limita a execução do contrato às horas sob cada categoria, podendo o executor remanejá-las dentro de cada item, respeitado o orçamento a ele destinado.

- 7.2 Com base na experiência de contratos anteriores e nas características da frota da CLDF, apresenta-se no quadro seguinte a estimativa anual de gastos com peças.

ITEM	MARCA	PEÇAS
1	VOLKSWAGEN	R\$10.000,00
2	FORD	R\$40.000,00
3	CHEVROLET/GM	R\$20.000,00
4	FIAT	R\$25.000,00
5	RENAULT	R\$25.000,00
Total		R\$120.000,00

8 DAS PROPOSTAS E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 8.1 A proposta do licitante deve ser apresentada, para cada item, nos moldes da tabela dos **Anexos 1 a 5** (referentes aos itens 1 a 5, respectivamente).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- 8.1.1 Para a composição do TOTAL 1, referente ao custo de serviço, o proponente deve informar o valor da mão-de-obra por hora trabalhada em cada categoria de serviço (mecânica, elétrica etc.). Em seguida, multiplicar esse valor pela estimativa de horas, compondo o "Valor total por serviço". Por fim, somar os totais por serviço para chegar ao TOTAL 1.
- 8.1.2 Para a composição do TOTAL 2, referente ao custo das peças a serem fornecidas à CLDF, o proponente deve informar o percentual de desconto a ser concedido sobre a tabela de preços do fabricante, obedecendo o desconto mínimo de 4% (quatro por cento). Em seguida, aplicar esse percentual de desconto sobre o valor estimado para gastos com peças para chegar ao TOTAL 2.
- 8.1.3 Para a composição do VALOR TOTAL DA PROPOSTA referente ao item em questão (1 a 5), somam-se o TOTAL 1 com o TOTAL 2.
- 8.1.4 Com fins meramente didáticos, o **Anexo 6** apresenta um exemplo fictício de preenchimento da proposta por licitante interessado no item 1 (Volkswagen).
- 8.2 Será vencedor do objeto correspondente ao item em julgamento o licitante que apresentar a proposta de acordo com as exigências do Edital e ofertar o menor VALOR TOTAL DA PROPOSTA.

Brasília, 04 de julho de 2013.

ARNALDO ISBELO FILHO
Chefe do Setor de Transporte
Matrícula 12.145-57



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

ANEXO 1

ITEM	MARCA		
1	VOLKSWAGEN		
SERVIÇOS			
SERVIÇO	HORAS ESTIMADAS	VALOR POR HORA	VALOR TOTAL POR SERVIÇO
Mecânica	10		
Elétrica	4		
Funilaria	3		
Pintura e lavagem	2		
Ar-condicionado	2		
Vidraçaria	4		
Tapeçaria	3		
TOTAL 1 (SERVIÇOS) (Soma dos valores totais de cada serviço)			
FORNECIMENTO DE PEÇAS			
Estimativa de despesa com peças			R\$ 10.000,00
Percentual de desconto sobre a tabela do fabricante (mínimo de 4%)			
TOTAL 2 (PEÇAS) (Aplicação do desconto sobre o valor estimado)			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (TOTAL 1 + TOTAL 2)			
LICITANTE:	(Razão social da empresa)		
	(assinatura)		
REPRESENTANTE:			



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

ANEXO 2

ITEM	MARCA		
2	FORD		
SERVIÇOS			
SERVIÇO	HORAS ESTIMADAS	VALOR POR HORA	VALOR TOTAL POR SERVIÇO
Mecânica	30		
Elétrica	12		
Funilaria	9		
Pintura e lavagem	6		
Ar-condicionado	6		
Vidraçaria	12		
Tapeçaria	9		
TOTAL 1 (SERVIÇOS) (Soma dos valores totais de cada serviço)			
FORNECIMENTO DE PEÇAS			
Estimativa de despesa com peças			R\$ 40.000,00
Percentual de desconto sobre a tabela do fabricante (mínimo de 4%)			
TOTAL 2 (PEÇAS) (Aplicação do desconto sobre o valor estimado)			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (TOTAL 1 + TOTAL 2)			
LICITANTE:	(Razão social da empresa)		
	(assinatura)		
REPRESENTANTE:			



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

ANEXO 3

ITEM	MARCA		
3	CHEVROLET/GM		
SERVIÇOS			
SERVIÇO	HORAS ESTIMADAS	VALOR POR HORA	VALOR TOTAL POR SERVIÇO
Mecânica	20		
Elétrica	16		
Funilaria	10		
Pintura e lavagem	10		
Ar-condicionado	10		
Vidraçaria	4		
Tapeçaria	4		
TOTAL 1 (SERVIÇOS) (Soma dos valores totais de cada serviço)			
FORNECIMENTO DE PEÇAS			
Estimativa de despesa com peças			R\$ 20.000,00
Percentual de desconto sobre a tabela do fabricante (mínimo de 4%)			
TOTAL 2 (PEÇAS) (Aplicação do desconto sobre o valor estimado)			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (TOTAL 1 + TOTAL 2)			
LICITANTE:	(Razão social da empresa)		
	(assinatura)		
REPRESENTANTE:			



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

ANEXO 4

ITEM	MARCA		
4	FIAT		
SERVIÇOS			
SERVIÇO	HORAS ESTIMADAS	VALOR POR HORA	VALOR TOTAL POR SERVIÇO
Mecânica	10		
Elétrica	4		
Funilaria	3		
Pintura e lavagem	2		
Ar-condicionado	2		
Vidraçaria	4		
Tapeçaria	3		
TOTAL 1 (SERVIÇOS) (Soma dos valores totais de cada serviço)			
FORNECIMENTO DE PEÇAS			
Estimativa de despesa com peças			R\$ 25.000,00
Percentual de desconto sobre a tabela do fabricante (mínimo de 4%)			
TOTAL 2 (PEÇAS) (Aplicação do desconto sobre o valor estimado)			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (TOTAL 1 + TOTAL 2)			
LICITANTE:	(Razão social da empresa)		
	(assinatura)		
REPRESENTANTE:			



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

ANEXO 5

ITEM	MARCA		
5	RENAULT		
SERVIÇOS			
SERVIÇO	HORAS ESTIMADAS	VALOR POR HORA	VALOR TOTAL POR SERVIÇO
Mecânica	10		
Elétrica	4		
Funilaria	3		
Pintura e lavagem	2		
Ar-condicionado	2		
Vidraçaria	4		
Tapeçaria	3		
TOTAL 1 (SERVIÇOS) (Soma dos valores totais de cada serviço)			
FORNECIMENTO DE PEÇAS			
Estimativa de despesa com peças			R\$ 25.000,00
Percentual de desconto sobre a tabela do fabricante (mínimo de 4%)			
TOTAL 2 (PEÇAS) (Aplicação do desconto sobre o valor estimado)			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (TOTAL 1 + TOTAL 2)			
LICITANTE:	(Razão social da empresa)		
	(assinatura)		
REPRESENTANTE:			



ANEXO 6 – Exemplo de proposta

ITEM	MARCA		
1	VOLKSWAGEN		
SERVIÇOS			
SERVIÇO	HORAS ESTIMADAS	VALOR POR HORA (R\$)	VALOR TOTAL POR SERVIÇO (R\$)
Mecânica	10	100,00	1.000,00
Elétrica	4	100,00	400,00
Funilaria	3	100,00	300,00
Pintura	2	100,00	200,00
Ar-condicionado	2	100,00	200,00
Vidraçaria	4	80,00	320,00
Tapeçaria	3	80,00	240,00
TOTAL 1 (SERVIÇOS) (Soma dos valores totais de cada serviço)			2.660,00
FORNECIMENTO DE PEÇAS			
Estimativa de despesa com peças			R\$ 8.000,00
Percentual de desconto sobre a tabela do fabricante (mínimo de 4%)			8,0%
TOTAL 2 (PEÇAS) (Aplicação do desconto sobre o valor estimado)			7.360,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (TOTAL 1 + TOTAL 2)			10.020,00
LICITANTE:	<i>Empresa Licitante LTDA/ME.</i> (Razão social da empresa)		
	<i>Fulano de Tal</i> (assinatura)		
REPRESENTANTE:	<i>Fulano de Tal</i>		



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

ANEXO II – MODELOS

A) TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa(razão social)..., com sede em, inscrita no CNPJ/MF nº, por seu representante legal abaixo identificado, credencia o Sr., RG nº, (órgão expedidor), CPF/MF nº, para representá-la perante a Câmara Legislativa do Distrito Federal nos atos relacionados ao **Pregão nº 045/2013**, podendo para tanto, formular ofertas e lances verbais de preços, manifestar intenção de interpor recursos, desistir do direito de os interpor, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier e praticar todos os atos necessários ao perfeito desempenho do presente credenciamento.

.....-....., de de 2013.

(assinatura)

(Nome legível do representante legal da empresa)

(RG e órgão expedidor)

Obs: Junto com o termo deverá ser apresentado o documento de identidade do credenciado.

B) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara a Câmara Legislativa do Distrito Federal, para fins de participação no procedimento licitatório sob a modalidade de **Pregão nº 045/2013**, cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002, estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

.....-....., de de 2013.

(assinatura do representante legal)

C) DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., RG e CPF, DECLARA, para fins do disposto no edital do **Pregão nº 045/2013** e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

.....-....., de de 2013.

(assinatura do representante legal)

D) DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara à Câmara Legislativa do Distrito Federal, sob as penas da Lei, que inexistente fato impeditivo de sua participação no **Pregão nº 045/2013** e que se compromete a informar qualquer fato superveniente que a impeça de participar de licitação.

.....-....., de de 2013.

(assinatura do representante legal)

E) DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA

A empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, declara à Câmara Legislativa do Distrito Federal, sob as penas da Lei, que é (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, conforme o caso).

.....-....., de de 2013.

(assinatura do representante legal)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 000/2013

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA [REDACTED] PARA A **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.**

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, com sede no Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05, nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.963.645/0001-13, representada por seu Presidente, Deputado Distrital [REDACTED], consoante competência originária prevista no art. 42, § 1º, inc. XI, do Regimento Interno da CLDF, assistido pelo Procurador-Geral da Câmara Legislativa, Dr. [REDACTED], brasileiro, *estado civil*, que examinou e aprovou todos os atos e elementos do presente contrato, sob os aspectos de forma e do conteúdo jurídico, considerando-os corretos, e de outro lado a **EMPRESA** [REDACTED], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por [REDACTED], portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração, têm entre si justo e avençado e celebram o presente CONTRATO para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de veículos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, do qual são partes integrantes o edital do Pregão nº 000/2013-CLDF, a proposta apresentada pela CONTRATADA, no que couber, e os anexos constantes do processo nº 001-000.741/2013, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94, nº 9.648/98 e 9.854/99, da Lei nº 8.078/90, da Lei nº 10.520/02 e demais legislação aplicável à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de manutenção de veículos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme condições, especificações a quantidades constantes do Anexo I - Termo de Referência, que integra este contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 A CONTRATADA deverá prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela CONTRATANTE, obrigando-se, especialmente a:

2.1.1 Manter à disposição da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF tabela de preços de venda à vista de peças e acessórios e tabela de tempos padronizados, atualizadas emitidas pelo respectivo fabricante dos veículos;

2.1.2 Ser responsável, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços de assistência técnica aos veículos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição e vales-transporte, entre outros;

2.1.3 Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou ao acompanhamento pelo CLDF;

2.1.4 Apresentar, sem que solicitado, documentos que comprovem a procedência das peças que necessitarem ser substituídas;

2.1.5 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

vez que os seus técnicos não manterão nenhum vínculo empregatício com a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF;

2.1.6 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF;

2.1.7 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação;

2.1.8 A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos sub-itens acima desta Seção, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da licitação;

2.1.9 Em caso de comprovação de danos aos veículos oriundos de peças fora das especificações, a contratada responsabilizar-se-á pelo conserto/substituição das unidades sem ônus para a contratante. Em caso de perda total do bem o mesmo deverá ser substituído por outro com as mesmas características;

2.1.10 Emitir documento responsabilizando-se pela perda da garantia e ou prejuízos, quando comprovadamente constatado serem ocasionados pelos equipamentos que por ventura venham a ser instalado por ela;

2.1.11 Comunicar por escrito ao executor do contrato qualquer anormalidade que possa prejudicar o cumprimento do contrato, prestando todos os esclarecimentos necessários;

2.2 É expressamente vedado à CONTRATADA:

2.2.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a execução dos serviços;

2.2.2 A veiculação de publicidade do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

2.2.3 A cessão, transferência ou subcontratação total ou parcial de outra empresa para execução dos serviços, sem a anuência expressa da CONTRATANTE.

2.3 A aceitação pelo executor do contrato de qualquer material ou serviço não exime a CONTRATADA da total responsabilidade porventura existente, respeitando-se os prazos de garantia.

2.4 Em caso de necessidade de atendimento de urgência, o mesmo deverá ser efetuado de imediato, com prioridade máxima determinada pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA disponibilizar prontamente um técnico para resolver exclusivamente o problema relatado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 A fim de possibilitar a execução do objeto deste contrato, constituem obrigações da CONTRATANTE:

3.1.1 Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA, livre acesso ao local de realização dos serviços;

3.1.2 Exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA, caso o julgue tecnicamente inapto, ou por conveniência administrativa;

3.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor especialmente designado EXECUTOR DO CONTRATO, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93;

3.1.4 Prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou defeitos no funcionamento dos equipamentos;

3.1.5 Proceder com a fiscalização técnica dos serviços executados, interagindo junto à contratada sempre que se verificar impropriedade ou inobservância ao disposto na lei.

3.1.6 Fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação do serviço;

3.1.7 Enviar as notas fiscais e faturas à Divisão de Orçamento e Finanças (ou equivalentes) da contratante, afim de que se proceda aos trâmites legais para os pagamentos a contratada;

3.1.8 Indicar o executor do contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93 e Decreto 16.098/94, art. 13, Inciso II, § 3º;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- 3.1.9 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- 3.1.10 Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços;
- 3.1.11 Permitir o acesso dos empregados da contratada às suas dependências para a execução dos serviços referentes aos objetos, quando necessário;
- 3.1.12 Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos empregados da contratada;
- 3.1.13 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho;
- 3.1.14 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços objeto desta especificação, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para a contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 A execução dos serviços será acompanhada por executor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira vigentes.
- 4.2 Cabe ao executor do contrato:
 - 4.2.1 Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;
 - 4.2.2 Certificar a execução dos serviços, encaminhando cópia desta certificação à Diretoria de Administração e Finanças - DAF, para serem apensados ao contrato;
 - 4.2.3 Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade.
 - 4.2.4 Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CÂMARA LEGISLATIVA;
 - 4.2.5 Convocar por escrito a CONTRATADA para efetuar os serviços de manutenção corretiva;
 - 4.2.6 Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Diretoria de Administração e Finanças - DAF, para ser anexada ao contrato;
 - 4.2.7 Exigir da CONTRATADA por escrito a substituição de qualquer membro da equipe técnica responsável pela execução dos serviços.
 - 4.2.8 Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE.
 - 4.2.9 Fazer cumprir o disposto no art. 56, inciso VI, do Decreto n.º 10.098/94, no que se refere à observância da validade da certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública do DF.

CLÁUSULA QUINTA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

- 5.1 O empregados da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva daquela as obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, fiscais e comerciais, e resultantes da execução deste contrato, as quais se obriga a saldar à época oportuna, conforme art. 71 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DO OBJETO E DO VALOR DO CONTRATO

- 6.1 O contrato tem vigência imediatamente após sua assinatura.
- 6.2 O valor total do contrato é de R\$ 000,00 (centavos), devendo a importância de R\$ 000,00 (..... reais) ser atendida à conta de dotações orçamentárias próprias da CLDF.
- 6.3 O valor de que trata esta cláusula abrange todas as despesas com administração, materiais, mão-de-obra, leis sociais, trabalhistas e fiscais, equipamentos auxiliares, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos necessários para a execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

- 7.1** O pagamento relativo ao objeto desta licitação será efetuado após a prestação dos serviços e em consonância com o cronograma estabelecido no Termo de Referência.
- 7.2** O pagamento somente será efetuado, ressalvados os casos definidos em legislação própria, após o recolhimento, pela CONTRATADA, de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.
- 7.3** Para liquidação da despesa correspondente à nota de empenho relativa ao objeto desta licitação, a CONTRATADA compromete-se a apresentar, juntamente com a primeira via da nota fiscal/fatura, a Certidão Negativa de Débitos junto ao GDF, nos termos do art. 56, parágrafo único, inciso VI, do Decreto nº 16.098/94; assim como as certidões de regularidade com a previdência social - CND/INSS e com o FGTS; Certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Federal; CNDT, todas em plena validade.
- 7.4** O pagamento processado pela CONTRATANTE não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à prestação dos serviços.
- 7.5** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da CONTRATANTE.
- 7.6** Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, inclusive as relativas à qualidade do serviço contratado, assim como pela recusa injustificada em retirar a nota de empenho, a licitante vencedora ficará sujeita às sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2** À CONTRATADA, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou pela infringência de preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades:
- a) **Advertência;**
 - b) **Multa de 0,5%** (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor adjudicado, quando o adjudicatário injustificadamente se recusar a receber a nota de empenho e/ou assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - c) **Multa de 0,3%** (três décimos por cento) ao dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sem justa causa devidamente comprovada e aceita pela Administração, na prestação de qualquer das demais obrigações decorrentes do presente contrato, calculada sobre o valor da parcela não cumprida;
 - d) **Multa de 15%** (quinze por cento), calculada sobre o valor total da nota de empenho, quando decorridos 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações, sem justificação por parte do adjudicatário, devidamente comprovada e aceita pela Administração. Neste caso estará caracterizada a recusa, dando causa ao cancelamento da nota de empenho;
 - d.1) A multa de que trata o subitem anterior incidirá, ainda, nos casos em que o adjudicatário, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso;
 - e) **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;
 - f) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração, quando a empresa, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da Câmara Legislativa do Distrito Federal. A declaração de inidoneidade terá efeito enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 8.3** As multas aplicadas deverão ser recolhidas diretamente à conta-corrente da CONTRATANTE, no prazo de quinze dias corridos, contados da publicação do ato de punição. Não ocorrendo o pagamento, a CONTRATANTE promoverá, mediante prévio procedimento administrativo,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

desconto nos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou da garantia oferecida. Fica ressalvado o direito da CONTRATANTE de exigir o valor judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, caso venha a ser necessário.

8.4 Em qualquer caso, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

8.5 As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 A rescisão deste Contrato poderá ser:

9.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 78, incs. I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93;

9.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo nos autos do processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

9.1.3 Judicial, nos termos da legislação em vigor.

9.2 A rescisão do Contrato obedecerá ao que preceituam os arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

9.3 Além das hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

9.3.1 O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

9.3.2 O atraso injustificado no início do serviço e, ainda, a paralisação sem justa causa sem prévia comunicação à CONTRATANTE;

9.3.3 O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.3.4 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelos representantes da CONTRATANTE, especialmente designados para acompanhar o contrato;

9.3.5 A decretação de falência, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.3.6 A ocorrência de caso fortuito ou força maior, de alta relevância e amplo conhecimento, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste contrato, sem prejuízo do disposto no art. 79, §2º da Lei nº 8.666/93;

9.3.7 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da CONTRATANTE e exaradas nos autos do processo administrativo a que se refere este contrato, sem prejuízo do disposto no art. 79, § 2º da Lei nº 8.666/93

9.3.8 A subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste contrato;

9.3.9 A supressão superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor contrato, por parte da Administração, quando não decorrentes de acordo entre as partes.

9.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.6 Os atos de aplicação das penalidades previstas neste contrato serão publicados no Diário da Câmara Legislativa – DCL e no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

10.1 No ato de assinatura deste contrato, a CONTRATADA apresentará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a fim de assegurar sua execução.

10.2 Caberá à CONTRATADA a escolha da garantia entre as modalidades referidas no parágrafo primeiro do mesmo artigo: caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança bancária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

11.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, com eficácia a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

11.2 O contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a critério das partes, mediante termo aditivo ao presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1 O valor do contrato poderá ser reajustado, inclusive por apostilamento, a cada 12 (doze) meses, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, de acordo com a média ponderada dos índices INPC e IGP-M, ou os que vierem a substituí-los, nos doze meses anteriores ao mês de reajustamento, na conformidade da legislação aplicável e em vigor no Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão à conta de dotação orçamentária própria da CLDF, Programa de Trabalho 0112260058517: MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS; Subtítulo 0065: MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – PLANO PILOTO; Elementos de Despesas: 3390-39: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA e 3390-30: MATERIAL DE CONSUMO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, mantidas as mesmas condições contratuais estipuladas, sem que lhe caiba qualquer reclamação.

14.2 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

14.3 A alteração de valor contratual, decorrente de reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista neste contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

15.1 A prestação dos serviços objeto deste contrato foi precedida de licitação, realizada sob a modalidade de Pregão nº **045/2013**-CLDF, instruída nos autos do processo nº 001-000.741/2013-CLDF.

15.2 Independentemente de transcrição, fazem parte deste Contrato todas as condições estabelecidas no Ato Convocatório do Pregão nº **045/2013**-CLDF e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

16.1 Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não deste contrato, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 A CONTRATANTE providenciará, às suas expensas, a publicação do extrato do presente Contrato no Diário Oficial do Distrito Federal, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 As partes elegem o foro da Circunscrição Judiciária Especial de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas e litígios decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

19.1 A Câmara Legislativa do Distrito Federal convocará oficialmente a licitante vencedora para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no instrumento convocatório do certame.

19.2 Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão dirimidos pela Diretoria de Administração e Finanças – DAF/CLDF, com fundamento na legislação aplicável à espécie, em especial, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

19.3 Durante a execução deste contrato não serão consideradas comunicações verbais. Todas as comunicações que envolvam a execução deste contrato, de uma parte à outra, serão consideradas como suficientes desde que efetuadas por escrito e entregues sob protocolo ou qualquer outro meio que comprove o recebimento.

19.4 Se a CONTRATANTE releva o descumprimento no todo ou em parte de qualquer obrigação da CONTRATADA relacionadas com a execução deste, tal fato não poderá desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus efeitos.

Brasília - DF, de de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão Permanente de Licitação
Edital Pregão nº 045/2013

Folha nº
Processo nº 001-000.741/2013
Rubrica: _____
Matrícula: 12.000-83

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

COTA ABERTA

ITEM	QT	UN	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	1	un		R\$	R\$
2A	6	un		R\$	R\$
3	2	un		R\$	R\$
4	1	un		R\$	R\$
5	1	un		R\$	R\$
TOTAL					R\$

COTA RESERVADA (25%)*

EMPRESAS NÃO PREFERENCIAIS NÃO DEVEM PREENCHER

ITEM	QT	UN	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
2R	1	un		R\$	R\$
TOTAL					R\$

* Art. 26 da Lei nº 4.611/2011, § 5º: será inabilitada a proposta de empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada em relação a essa condição